

*Fun  
Cuf.  
Izumi  
Santos  
Raul Barros*



# PLANO DE AÇÃO E ORÇAMENTO 2023

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE  
MONTALEGRE




## Conteúdo

I.	DOCUMENTOS .....	2
1.	Cartão Empresa.....	2
2.	Declaração de Registo de IPSS .....	3
3.	Corpos Sociais – 2020-2023 .....	5
II.	Organograma da Instituição – 2023 .....	6
III.	Mapa de Pessoal da Instituição - 2023 .....	7
IV.	Plano e Orçamento – 2023 .....	8
1.	Recursos Humanos .....	9
a)	Contrato emprego inserção/Estágios profissionais IEFP.....	9
b)	Formação Profissional .....	9
c)	Acordo Coletivo de Trabalho.....	10
d)	Banco de horas .....	10
2.	ERPI .....	10
a)	Obras.....	11
b)	Equipamentos.....	11
c)	Ações Socioculturais e de Animação.....	11
3.	SAD – Serviço de Apoio Domiciliário .....	12
4.	Creche .....	12
a)	Obras.....	13
b)	Equipamentos.....	13
c)	Ações Socioculturais e de Animação.....	13
5.	UCC – Unidade de Cuidados Continuados .....	13
a)	Obras.....	22
b)	Equipamentos.....	23
a)	Ações Socioculturais e de Animação.....	23
6.	SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social .....	23
7.	CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens .....	23
8.	Igreja da Misericórdia.....	24
9.	Conclusão/Agradecimentos .....	29
V.	ORÇAMENTO 2023.....	30
1.	Orçamento – 2023 – Apresentação/Resumo.....	40
VI.	Aprovação do Plano de Ação e Orçamento 2023 .....	41
	Parecer do Conselho Fiscal.....	1

*Amf.*  
*Alzina*  
*Paula Barros*

# I. DOCUMENTOS

## 1. Cartão Empresa



## 2. Declaração de Registo de IPSS



### DECLARAÇÃO

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, que se procedeu ao registo definitivo de alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

A alteração de estatutos foi aprovada em 22/09/2015 pela autoridade eclesial competente e o registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 1/96, a fls. 95 e 121 do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado em 14/01/2016, nos termos do n.º 4 do art.º 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

**Denominação – IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE**

**NIF – 501 745 963**

**Sede – Rua General Humberto Delgado, n.º 473 – Montalegre – Vila Real**

**Fins -** Conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de: apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo; apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica; apoio à família e comunidade em geral; apoio à integração social e comunitária; promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa; promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres; habitação e turismo social. Secundariamente: Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não; empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que

DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

TRIPLOITO RATO 1 12950144 LISBDA Tel 215 942 980 VoIP 02190 Fax 215 942 992 0055@seg.sccw.pt

http://www4 seg social pt 0055 DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

M01 0055 04

Misericórdia de Montalegre

*Fm  
conf.  
D. Santos  
C. Soares  
Paulo Barros*



MINISTÉRIO DO TRABALHO,  
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA  
SOCIAL



contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição; atividade agrícola.

**Direção-Geral da Segurança Social, em**

10 MAR 2016

**Pelo Diretor-Geral**

*R. Santos*  
R. Santos  
(Chefe de Divisão)

PFF

DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Largo do Rato 1 1269-144 LISBOA Tel 215 952 990 VoIP 32190 Fax 215 952 992 dgss@seg-social.pt

<http://www4.seg-social.pt/dgss/direcao-geral-da-seguranca-social>

Med. DGS5784



### 3. Corpos Sociais – 2020-2023

<b>Assembleia Geral</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>N.º Irmão</b>
José Gonçalves Justo	Presidente	95
Paulo Jorge Baia Barros	Vice-Presidente	187
Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes	Secretária	347

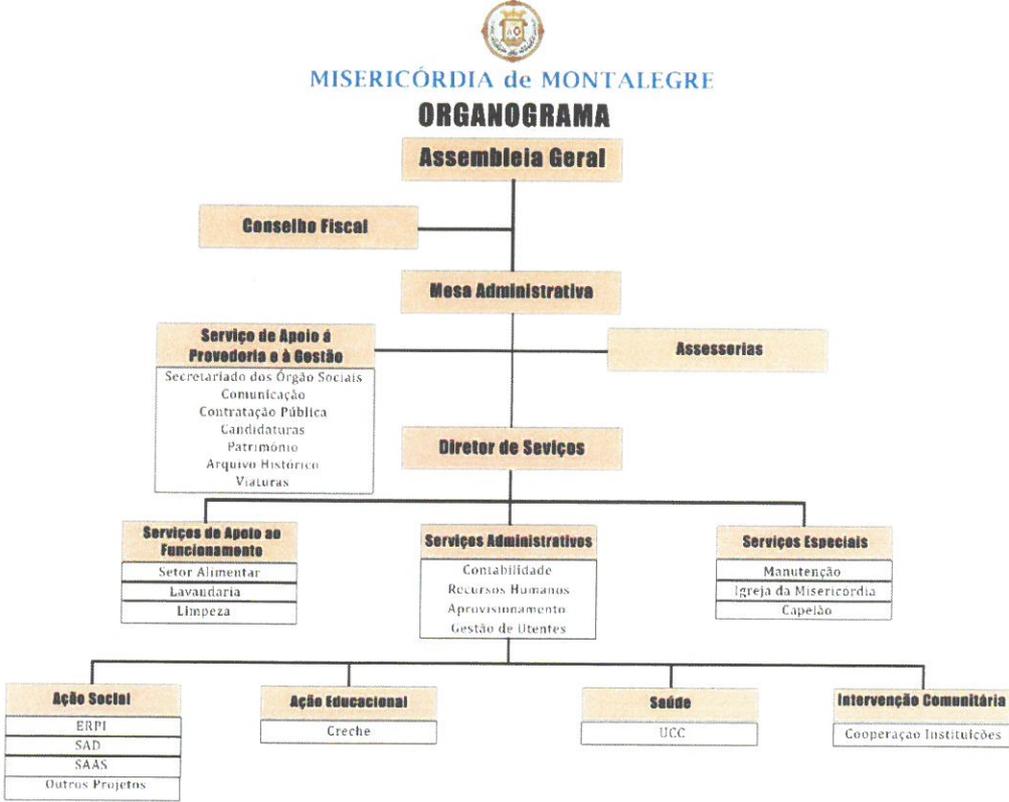


<b>Mesa Administrativa</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>N.º Irmão</b>
Fernando José Gomes Rodrigues	Provedor	151
Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho	Vice-Provedora	441
Alberto Armindo do Braz Moura	Secretário	440
António Dias Henriques	Tesoureiro	379
Paulo Jorge Dias Barroso	Vogal	442
José Avelino Vaz Souto	1ª Suplente	301
João Jorge Lopes e Silva	2ª Suplente	287

<b>Conselho Fiscal</b>		
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>N.º Irmão</b>
João Batista Branco Alves	Presidente	152
Paulo Jorge Miranda da Cruz	Vice-Presidente	426
Alberto Carvalho Martins	Secretário	132
António Maria Batista dos Santos	1º Suplente	47
João Paulo Branco Gonçalves Barroso	2º Suplente	415
Jorge Manuel Gonçalves Nogueira	3ª Suplente	435

*Fun  
anf.  
D. J. M.  
Paulo Barros*

## II. Organograma da Instituição – 2023



### III. Mapa de Pessoal da Instituição - 2023

#### QUADRO GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA SCMM

Perfil Profissional	Profissionais			*Afetação dos Profissionais à Resposta Social				
	Quadro	Previstos	*Ocupados	ERPI	SAD	UCC	CRECHE	SAAS
Diretor de Serviços da MISERICÓRDIA	0	1	0	0,55	0,05	0,20	0,15	0,05
Secretário-Geral (apoio à Provedoria e gestão)	0	1	1	0,50	0	0,50	0	0
Assistente Administrativo	0	2	1	0,90	0,05	0	0,05	0
Diretor Técnico ERPI/SAD (Técnico Superior Serviço Social)	1	1	1	0,95	0,05	0	0	0
Educador Social	1	1	1	1	0	0	0	0
Encarregado de serviços gerais	1	1	1	0,97	0,03	0	0	0
Encarregado de setor (serviços gerais)	0	2	1	1	0	1	0	0
Ajudante de lar e Centro de dia	14	18	16	15	0	1	0	0
Ajudante de cozinha	7	6	4	3	0,75	0,25	0	0
Cozinheiro	3	4	4	2	0,30	0,70	1	0
Operador Lavandaria	0	1	1	0,95	0,05	0	0	0
Trabalhador serviços gerais	4	16	27	15	0	13	1	0
Ajudante familiar/ domiciliário	2	3	2	0	2	0	0	0
Diretor Técnico UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0,50	0	0
Enfermeiro Coordenador UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0,50	0	0
Enfermeiro (inclui Enf. de Reabilitação)	11	16	16,50	2	0	14,50	0	0
Médico (inclui fisiatra)	2	3	3	0	0	3	0	0
Psicólogo	1	1	1	0	0	1	0	0
Fisioterapeuta	2	2	1,50	0	0	1,50	0	0
Técnico Superior Serviço Social	2,50	2,50	2,50	0	0	1,50	0	1
Terapeuta da Fala	0,20	0	0,20	0	0	0,20	0	0
Animador Sociocultural	1,50	1,50	0,50	0	0	0,50	0	0
Nutricionista	0,20	0	0,20	0	0	0,20	0	0
Terapeuta Ocupacional	1	1	1	0	0	1	0	0
Farmacêutico	0,30	0,30	0,30	0	0	0,30	0	0
Auxiliar ação médica	12	12	3	0	0	3	0	0
Auxiliar técnico de manutenção	0	1	0,50	0	0	0,50	0	0
Educador de infância (inclui Diretor Técnico - CRECHE)	2	2	2	0	0	0	2	0
Ajudante de ação educativa	4	4	4	0	0	0	4	0
Coordenadora SAAS	0,50	0,50	0,50	0	0	0	0	0,50
Outro	1	1	1	0	0	0	0	1
<b>Total</b>			98,7	43,82	3,28	44,85	8,2	2,55

Inclui prestação de serviços

*Fm*  
*anf.*

## IV. Plano e Orçamento – 2023

Ao abrigo da alínea a) do Artigo 27º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, vem a Mesa Administrativa, no quadro mais difícil e incerto de sempre, apresentar o PLANO DE AÇÃO E O ORÇAMENTO PARA 2023.

As nossas contas tinham sido muito afetadas pelos gastos na pandemia. No último ano a despesa de aquecimento passou de cerca de 100.000,00 € para perto de 250.000,00 €. E estamos a suportar esse custo de 150.000,00 € a mais com os recursos que tínhamos de anos anteriores.

Ora, esta situação, a incerteza económica geral, a grande dependência do gás natural em todo o aquecimento, o aumento do custo de outros combustíveis e, claro, o longo período de funcionamento do aquecimento durante o ano, coloca-nos dificuldades e obriga-nos a uma grande prudência em tudo.

No ano anterior apresentamos uma candidatura ao PRR, aguardando aprovação, para beneficiação energética do Lar S. José com alteração das caldeiras a gás para biomassa e painéis fotovoltaicos, e estamos a encerrar o concurso público para iniciar as obras.

Houve também uma candidatura, já aprovada, ao programa PARES para obras de requalificação interior do Lar S. José mas estamos dependentes da capacidade própria de financiamento.

E, como sempre, o plano centra-se na melhor resposta às nossas funções, valoriza os recursos humanos e tem de manter a linha de rigor e exigência financeira a médio e longo prazo.

O Plano apresenta as iniciativas recorrentes nas várias respostas sociais, ficando aberto para ao longo do ano podermos alterar e realizar outras que possam surgir. Da mesma forma fica a abertura e a disponibilidade de colaboração com todas as entidades e sociedade civil, no sentido de valorização da cidadania, dos valores sociais, das manifestações culturais e da dignidade da pessoa humana.

Tudo isto dentro de um orçamento cada vez mais limitado e contas mais difíceis com a crise da guerra, a elevada inflação, mas também devido à desertificação do interior, à crise dos rendimentos das famílias, que se reflete na diminuição da participação dos utentes e ao crescimento das despesas com salários. E porque os gastos são sempre limitados ao que cobramos dos serviços que prestamos e a uma Misericórdia que não tem rendimentos, rendas, legados nem quaisquer outras receitas.

Mas a Misericórdia tem de cumprir com os seus serviços com os utentes e tem 100 trabalhadores, sendo o maior empregador privado do concelho, o que demonstra a dificuldade que enfrentamos.

Para mais um ano difícil que aí vem será pois necessário continuar o esforço para encontrar sempre as melhores soluções, de forma a reforçar o necessário espírito de equipa e coesão da Misericórdia, sendo imprescindíveis para esta tarefa todas e todos os trabalhadores da Instituição, a quem agradecemos por toda a colaboração.

Montalegre, novembro de 2022

O Provedor

*Fernando Rodrigues*

*Opina*  
*de*  
*Raul Barroso*

*Prof. J. J. Sousa*  
*2023*

## 1. Recursos Humanos

Temos cerca de 100 trabalhadores (incluindo prestação de serviços): 43 no ERPI, 45 na UCC, 8 na creche, 3 no SAD.

Na creche cumpre-se o quadro exigido por lei, com duas educadoras, cinco auxiliares de ação educativa, uma auxiliar e uma cozinheira. Para além deste pessoal há apoio pontual na limpeza.

Na UCC cumprimos para além do exigido. Tivemos “fuga” de enfermeiros para o público, dificuldade de recrutamento, mas recuperamos e já há estabilidade no serviço de enfermagem. Com médicos e outros técnicos são quarenta e cinco trabalhadores.

Na ERPI, para além do quadro técnico e duas encarregadas, temos duas enfermeiras, catorze ajudantes de lar e quinze trabalhadoras de serviços gerais. De notar que se cumpririam as regras com apenas uma encarregada em vez de duas e com quatro trabalhadoras de serviços gerais em vez de dezasseis. Só que a resposta às baixas médicas e a dispersão das instalações obriga-nos a ter mais gente e, portanto, a um esforço financeiro maior.

Na cozinha estamos sempre a exigir um melhor serviço com o apoio e formação da empresa.

Vamos continuar a rejuvenescer as equipas com a substituição de aposentados. E, como em todo o lado, há funcionários melhores que outros e alguns que precisam de mais formação. Mas, globalmente, podemos assumir que todos gostam da casa e que temos boa equipa.

O número de funcionários não irá aumentar, podendo até reduzir se diminuir o número de utentes nalguma resposta social.

### a) Contrato emprego inserção/Estágios profissionais IEFP

A Misericórdia pode recorrer a candidaturas e apoios a “contrato emprego inserção” e estágios profissionais do IEFP ou recrutamento excecional apoiado pela Segurança Social ou outra.

### b) Formação Profissional

A formação profissional dos trabalhadores é um direito e uma obrigação laboral e é uma prioridade da instituição. É fundamental para uma boa gestão dos recursos humanos e para termos funcionários mais aptos e capazes para prestarem sempre os melhores serviços. Trabalhadores bem formados, conhecedores e motivados, dão mais garantias de cumprirem o espírito de missão da Misericórdia.

A obrigatoriedade atual de assegurar 40 horas anuais, em horário laboral, acarreta custos significativos porque exige mais pessoal e pagamento de mais horas. E mesmo aproveitando financiamentos do IEFP para formadores, há sempre custos de ações mais especializadas que acrescentam deslocações.

A formação específica nalgumas áreas como por exemplo na cozinha, é difícil de obter e organizar, mas temos que o fazer para melhorar ainda mais o serviço.



### c) Acordo Coletivo de Trabalho

A Misericórdia de Montalegre é associada à União das Misericórdias Portuguesas e subscreveu os acordos que foram celebrados com os sindicatos.

Cumprimos as leis gerais do trabalho, não queremos quaisquer dúvidas com os direitos dos trabalhadores.

Praticamos a tabela salarial e regras de carreiras definidas e acordadas pela União das Misericórdias. Estamos sempre abertos ao diálogo para se esclarecerem dúvidas e procedimentos.

Temos preocupação acrescida com a justiça e a valorização salarial e, dentro das limitações, queremos continuar essa valorização.

A caducidade do acordo coletivo paralisou os aumentos e as carreiras dos trabalhadores. Mas, mesmo assim, temos feito voluntariamente grandes aumentos da massa salarial, beneficiando todos os trabalhadores. Há uma nova portaria aprovada pelo Governo que acaba com essa caducidade e estabelece novas tabelas salariais. E isso será cumprido como tem de ser.

Para além de todos os direitos laborais a Misericórdia concede ainda algumas regalias assumidas livremente pela Instituição.

### d) Banco de horas

A lei obrigou a referendo para os trabalhadores decidirem ou não pelo banco de horas. Tendo decorrido favoravelmente, seguiu a sua implementação, permitindo mais flexibilidade ao trabalhador e à instituição na gestão de horários, folgas, trocas e dispensas.

## 2. ERPI

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas comporta o Lar S. José, com edifício antigo e “casa nova”, onde funciona a sede da instituição.

Acolhe 80 utentes, 60 na zona antiga e 20 no edifício novo, trabalho assegurado por 43 funcionários, com 2 enfermeiros.

Prestamos um conjunto de serviços que queremos sempre melhorar: alimentação, cuidados de imagem, higiene pessoal, tratamento de roupas, higiene dos espaços, apoio às atividades da vida diária, cuidados de enfermagem e acesso a cuidados de saúde em Montalegre e acompanhamento noutras situações de emergência. Regista-se ainda a assistência religiosa procurando, em tudo, assegurar o bem-estar e qualidade de vida dos nossos residentes.

O envelhecimento da população, e dos nossos utentes e a vinda para o lar com idade mais avançada tem criado mais exigências, obrigando a termos um serviço de primeira linha de cuidados continuados.

Em todos os casos as exigências técnicas e legais obrigam a um esforço cada vez maior, quer em pessoal técnico ou auxiliar, mas também na melhoria das instalações e dos equipamentos e, por isso, o investimento e despesa são cada vez maiores.

Todos percebemos o que é preciso fazer para que um edifício com 40 anos possa responder às exigências legais e funcionais de hoje, nas instalações, no mobiliário e no

equipamento, e para além do que se faz, há muitas necessidades. Continuamos a procurar soluções mais amplas que garantam a requalificação dos edifícios.

Temos em curso os concursos para a obra de requalificação energética.

Temos em marcha outra candidatura, desta feita ao PARES (Programa de Alargamento da Rede Equipamentos Sociais), que contempla intervenção no lar velho com substituição de pavimento, instalações sanitárias, canalizações, pintura e mobiliário que depende agora de encontrarmos a capacidade financeira para a comparticipação própria.

Abaixo se dá conta das iniciativas que se pretendem desenvolver.

### a) Obras

Descrição	2023	2024
Beneficiação energética Lar S. José (candidatura PRR) - Caldeira de aquecimento - biomassa - Painéis solares águas sanitárias - Painéis fotovoltaicos - Projeto técnico	260.000,00 €	15.000,00 €
Requalificação interior instalações e equipamento (candidatura PARES) - Pavimentos - Instalações sanitárias - Pintura interior - Mobiliário - Projeto técnico	250.000,00 €	170.000,00 €
Pinturas exteriores	20.000,00 €	20.000,00 €
Conservação Geral	10.000,00 €	10.000,00 €

### b) Equipamentos

EQUIPAMENTOS		
Descrição	2023	2024
Aquisição de mobiliário geral (PARES)	30.000,00 €	10.000,00 €
Aquisições várias: - Pequenos equipamentos, mobiliário e roupa	5.000,00 €	5.000,00 €
Instalação de 4 aparelhos de climatização	5.000,00 €	2.000,00 €

### c) Ações Socioculturais e de Animação

Vamos continuar a pedir a colaboração da Biblioteca Municipal com o seu programa de Itinerância e estamos de porta aberta para intercâmbios com outras instituições.

A animadora social desenvolve um vasto plano de atividades que enriquece a vida dos utentes no Lar.



### 3. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário, acoplado ao Lar S. José, com dois funcionários diretos permanentemente e duas viaturas, proporciona um conjunto diversificado de cuidados em função das necessidades dos utentes. Para além do fornecimento e apoio das refeições, oferece cuidados de higiene e conforto pessoal, higiene habitacional, tratamento de roupa de uso pessoal e atividades de socialização, nomeadamente, aquisição de bens e géneros alimentares, pagamento de serviços e deslocações a entidades da comunidade.

Este serviço é muito exigente porque abrange, para além da alimentação todos os dias, incluindo sábados e domingos, mais pelo menos dois outros serviços conforme as normas da Segurança Social

Há uma queda na procura, que deverá manter-se, o que torna esta valência deficitária.

Atendemos 15 utentes neste momento em Montalegre e nas aldeias de Padroso, Padornelos, Sendim, Meixedo, Medeiros, Torgueda, Penedones, Travassos da Chã, Castanheira e Codeçoso. Cobrimos ainda Gorda, Donões, Mourilhe, Sabuzedo, Cambezes, Frades, Peirezes e S. Vicente.



### 4. Creche

A creche acolhe crianças dos quatro meses até aos três anos de idade e presta um conjunto de atividades e serviços, designadamente, cuidados adequados à idade e à satisfação das necessidades das crianças, nutrição e alimentação, cuidados de higiene pessoal, atendimento individualizado, de acordo com as necessidades, capacidades e competências, atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade em função da idade de cada uma. Tudo dentro de um ambiente seguro, confortável e acolhedor, para fazer as crianças felizes, com condições favoráveis ao seu desenvolvimento global.

Atualmente acolhe 36 crianças. Temos duas educadoras, quatro auxiliares de ação educativa, uma auxiliar uma cozinheira e há apoio pontual de reforço à atividade.

Temos o quadro de pessoal para quarenta e duas crianças e a mesma despesa de luz e aquecimento, e só recebemos por 36 e, nalguns casos, devido ao baixo rendimento dos encarregados de educação, participações muito baixas.

Há muito que a creche registava prejuízos, mas a situação equilibrou-se nos últimos 3 anos com o aumento da frequência.

Claro que o serviço social aqui prestado e o apoio às famílias é tão importante e necessário que requer sensibilidade para tratar as dificuldades que enfrentamos.

Apesar disso, continuamos a prestar os serviços dentro do quadro legal, com qualidade técnica e o maior conforto possível.

Se o ano correr normal, continuamos a encerrar no mês de agosto porque é o mês menos penalizador para a maioria das famílias.

A decisão do Governo de pagar integralmente a comparticipação dos alunos, para já no 1º ano, pelo valor de 460,00 € é vantajosa para a Instituição e um grande apoio para as famílias.

Relativamente ao edifício, e à indispensável melhoria na eficiência energética, estamos a tentar uma candidatura ao PRR para substituição da caixilharia e vitrais antigos que traria outro conforto e redução de custos no aquecimento.

Abaixo se dá conta das obras que pretendemos levar a cabo bem como de equipamento a instalar.

### a) Obras

OBRAS		
Descrição	2023	2024
Pinturas exteriores	10.000,00 €	10.000,00 €
Conservação do edifício	7.000,00 €	7.000,00 €

### b) Equipamentos

EQUIPAMENTOS		
Descrição	2023	2024
Aquisições várias, conservação e manutenção	3.000,00 €	3.000,00 €
Instalação de 4 aparelhos de climatização	6.000,00 €	1.000,00 €

### c) Ações Socioculturais e de Animação

A equipa da diretora técnica desenvolve um plano de ação pedagógico e de animação com atividades de enriquecimento permanente.

## 5. UCC – Unidade de Cuidados Continuados

A UCC dispões de 30 camas na Unidade de Longa Duração e Manutenção, e de 10 camas na Unidade de Média Duração e Reabilitação.

A UCC é um serviço prestador de cuidados continuados de excelência e contribui para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, prestando mais e melhores cuidados de saúde, numa perspetiva de solidariedade social.

A UCC é ainda uma experiência nova que requer muito profissionalismo. Construímos uma boa equipa, mas os desafios técnicos e financeiros são enormes. Esta valência tem grande relevo local pelo serviço social e de saúde que presta, mas também pela manutenção de 45 postos de trabalho em Montalegre.

Houve recentemente alteração da comparticipação, mas as despesas de aquecimento e as exigências técnicas, continuam a ser problemas á exploração desta valência.

Depois de conseguirmos alguma estabilidade financeira, veio o ano covid que trouxe novamente problemas. Aliviamos em 2021 e em 2022 começou o aumento brutal da energia e a conta elevadíssima de gás de aquecimento.

#### Ação em Tribunal Norcep

Como já tínhamos referido, a empresa adjudicatária de UCC apresentou uma ação onde reclama cerca de 400 mil euros de dívida da UCC. Essa referida dívida nunca foi confirmada pela Misericórdia porque nunca esses trabalhos tinham sido pedidos. E não há qualquer justificação. A Misericórdia, logo no início do mandato, deu disso conhecimento ao empreiteiro e acordou o pagamento de 150 mil euros para encerrar o assunto e para este concluir uma série de trabalhos da sua responsabilidade ou mal executados, para se poder licenciar e abrir a UCC.

Entretanto a Misericórdia notificou o empreiteiro para fazer as obras de reparação das paredes exteriores e depois das tubagens da água do aquecimento que, entretanto, apareceram com roturas e tubos calcinados e que entraram em degradação acelerada, informando que, se o não fizesse se recorria à garantia bancária da obra, o que iremos fazer.

Não percebemos qual a razão da iniciativa de apresentar uma ação destas em tribunal, mas já contestamos e temos o SUCH e a empresa de fiscalização da obra, ou perito, para mostrar que as obras ou são responsabilidade do empreiteiro ou, nalguns casos, nem se sabe o que é.

A Misericórdia também interpôs uma ação contra a Norcep para os obrigar a pagar as obras que estão em novo concurso depois de um concurso deserto. São as obras da tubagem e do revestimento exterior que serão pagas pela garantia.

Entretanto foi necessário fazer grandes obras de substituição completa na tubagem, desencadeando-se o concurso público. A obra está em boa execução e iremos acionar a garantia bancária e pedir o valor das faturas à Caixa Geral de Depósitos.

Abaixo se dá conta dos encargos e das obras a desenvolver e equipamentos necessários, algumas das quais por conta do empreiteiro ou da garantia, por este não as ter realizado conforme as devidas notificações.

#### a) Obras

OBRAS		
Descrição	2023	2024
Revestimento exterior, (garantia) - Obras por conta da empreitada	90.000,00 €	45.000,00 €
Substituição de tubagens de aquecimento – Obras por conta da empreitada	70.000,00 €	
Outras obras de beneficiação	20.000,00 €	20.000,00 €
Conservação geral do edifício	20.000,00 €	10.000,00 €



## b) Equipamentos

EQUIPAMENTOS		
Descrição	2023	2024
Aquisição, conservação e manutenção	7.000,00 €	7.000,00 €



## a) Ações Socioculturais e de Animação

A animadora cultural desenvolve um plano permanente com os utentes.

## 6. SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

O SAAS, Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social vem da antiga RLIS, que deixou de funcionar.

Em sua substituição foi criado o SAAS por protocolo assinado com a Segurança Social e a Misericórdia.

Esta competência passou a ser das autarquias, devendo cessar no final do ano ou continuar por renovação do acordo, agora com a autarquia.

## 7. CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

A CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma entidade oficial não judiciária, com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou por termo a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral.

A comissão é composta por representantes das entidades definidas e determinadas pelo artigo 17º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) que, no caso da CPCJ de Montalegre são:

- Representante do Município
- Representante da Segurança Social
- Representante dos serviços do Ministério da Educação
- Representante do Ministério da Saúde
- Representante de IPSS com resposta social de carácter não residencial dirigida a crianças
- Representante do IEFP
- Representante das Associações de pais
- Representante de associações desportivas e culturais destinadas a crianças e jovens



- Representante das forças de segurança
- Quatro cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal

A Comissão funciona em duas modalidades.

A modalidade alargada, que funciona em plenário com 13 membros, e que compete desenvolver ações de prevenção do perigo e promoção dos direitos das crianças e jovens de Montalegre, em articulação e cooperação com instituições aí representadas.

A modalidade restrita é constituída por 5 elementos, representativos de outras tantas entidades definidas pelo artigo 20º da LPCJ, a saber: representante do município, da segurança social, da educação, da saúde e das IPSS'S - e funciona em equipa com a função específica de intervir diretamente em situações em que uma criança ou jovem está em perigo ao mesmo tempo que gere e instrui os consequentes Processos de Promoção e Proteção, e funciona em permanência, durante as 24 horas do dia.

A Misericórdia integra a Comissão desde o início. Em 2020 o seu representante, João Carlos Rodrigues, foi eleito presidente para o triénio 2020-2023, prestando, por isso, a nossa instituição, mais tempo de trabalho, maior colaboração e serviço para uma causa em que todos nos devemos empenhar.

## 8. Igreja da Misericórdia

A igreja da Misericórdia situa-se no centro histórico da vila de Montalegre, no largo do Pelourinho, a caminho do Castelo. Foi aqui que, inicialmente, funcionou a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre.

Para além da Igreja, o edifício dispunha de 3 divisões onde estava sediada a Provedoria e onde também se realizavam as reuniões dos Irmãos – Sala de Sessões.

Em resultado da colaboração do Ecomuseu abriu-se diariamente a Igreja ao culto para o povo de Montalegre e para os visitantes que ali passam e que pretendam também apreciar a arte e a cultura.






## 9. Conclusão/Agradecimentos

**Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral**  
**Caros Colegas**  
**Irmãos**

É este o Plano de Ação e Orçamento para 2023. Trata-se sempre de um previsão difícil tendo em conta o deficiente financiamento das valências que não acompanha sequer o justo aumento do salário mínimo e ainda a exigência de muito pessoal e a despesa avultada de aquecimento.

Mas este ano a situação é mais grave porque temos prejuízos de 2022 e os preços do gás levam-nos a prever mais prejuízos para 2023. Esperamos poupanças com a biomassa e que o preço do gás possa baixar porque os apoios do Governo não existem.

A Misericórdia presta serviços exigentes, não tem rendimentos próprios, não tem legados, não tem heranças, não tem rendas ou património que gere receitas e ainda é prejudicada por estar em zona de montanha.

O que se faz hoje, nas Misericórdias como a nossa, é prestar serviços, da responsabilidade do Estado, contratualizados com o Governo: valores definidos por utente autorizado, e condições e serviços exigidos. É isto que fazemos, há muito. Vamos onde o Estado não iria se não houvesse Misericórdia. Não é o que queremos, nem como queremos, nem o que seria preciso. Mas, mesmo assim, o que fizemos e nos propomos fazer, é muito. Servimos muitas pessoas que precisam, respeitando a sua dignidade, elevando a cidadania e o Estado Social que defendemos.

Temos obra para fazer, os problemas da inflação e, todos os gastos crescer e ainda as incertezas para o próximo ano. São estes os desafios que, em conjunto, com a colaboração dos Órgão Sociais, de todos os funcionários, que temos de continuar a vencer. Porque estamos aqui todos envolvidos pelo sucesso da Misericórdia e empenhados também no reforço da economia social como pilar fundamental para o emprego e para o desenvolvimento da nossa terra, prestando, para além do serviço social a muitas famílias, o contributo de assegurar 100 postos de trabalho na vila de Montalegre.

Montalegre, novembro de 2022

O Provedor




---

Fernando José Gomes Rodrigues

*fm*  
*Creaf.*

*Paulo Barros*

# v. ORÇAMENTO 2023



### Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Ano	Orçamentos 2022		Variação	Orçamento
		2021 (D)	Previsto(B)		
<b>Gastos</b>				<b>C-B</b>	<b>2023</b>
<b>61. CMVMC</b>					
- Géneros alimentares e outros	27.777,90 €	28.000,00 €	29.000,00 €	1.000,00 €	30.000,00 €
- Medicamentos e consumíveis	131.540,84 €	145.000,00 €	146.000,00 €	1.000,00 €	150.000,00 €
<b>Total 61</b>	<b>159.318,74 €</b>	<b>173.000,00 €</b>	<b>175.000,00 €</b>	<b>2.000,00 €</b>	<b>180.000,00 €</b>
<b>62. Fornecimentos e serviços externos</b>					
- Subcontratos	212.875,77 €	210.000,00 €	205.000,00 €	-5.000,00 €	207.000,00 €
- Trabalhos especializados	209.265,35 €	88.000,00 €	105.000,00 €	17.000,00 €	108.000,00 €
- Publicidade e propaganda	610,77 €	1.300,00 €	650,00 €	-650,00 €	650,00 €
- Vigilância e segurança	6.896,15 €	6.000,00 €	7.000,00 €	1.000,00 €	7.200,00 €
- Honorários	5.341,00 €	89.600,00 €	70.000,00 €	-19.600,00 €	72.000,00 €
- Rouparia		25.500,00 €	26.000,00 €	500,00 €	27.000,00 €
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	46.454,69 €	59.000,00 €	50.000,00 €	-9.000,00 €	52.000,00 €
- Serviços bancários	499,68 €	500,00 €	500,00 €		500,00 €
- Outros serviços (p.eventual, art. decoração,	18,43 €	40,00 €		-40,00 €	
- Ferramentas e utensílios	7.912,53 €	18.500,00 €	6.000,00 €	-12.500,00 €	6.200,00 €
- Material de escritório	6.320,77 €	7.500,00 €	7.300,00 €	-200,00 €	7.500,00 €
- Artigos p/ oferta	45,29 €	100,00 €	3.000,00 €	2.900,00 €	1.500,00 €
- Encargos com utentes	538,56 €	1.650,00 €	25.000,00 €	23.350,00 €	26.000,00 €
- Eletricidade	78.982,59 €	70.000,00 €	79.000,00 €	9.000,00 €	82.000,00 €
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	189.039,77 €	143.500,00 €	300.000,00 €	156.500,00 €	215.000,00 €
- Água	9.223,07 €	11.000,00 €	10.000,00 €	-1.000,00 €	11.000,00 €
- Ar medicinal	10.979,15 €	18.500,00 €	11.000,00 €	-7.500,00 €	12.000,00 €
- Deslocações e estadas	3.693,80 €	5.300,00 €	3.500,00 €	-1.800,00 €	3.800,00 €
- Rendas e alugueres	944,13 €	1.000,00 €	300,00 €	-700,00 €	300,00 €
- Comunicação	9.966,63 €	9.600,00 €	10.000,00 €	400,00 €	10.500,00 €
- Seguros	7.144,36 €	8.500,00 €	9.500,00 €	1.000,00 €	10.000,00 €
- Contencioso e notariado	15,00 €	200,00 €	200,00 €		200,00 €
- Despesas de representação	607,99 €	1.000,00 €	600,00 €	-400,00 €	600,00 €
- Limpeza, higiene e conforto	52.399,33 €	34.500,00 €	38.000,00 €	3.500,00 €	40.000,00 €
- Outros fornecimentos e serviços			400,00 €	400,00 €	450,00 €
<b>Total 62</b>	<b>859.774,81 €</b>	<b>810.790,00 €</b>	<b>967.950,00 €</b>	<b>157.160,00 €</b>	<b>901.400,00 €</b>
<b>63. Gastos com o pessoal</b>					
- Vencimentos	1.363.902,60 €	1.405.500,00 €	1.383.000,00 €	-22.500,00 €	1.374.000,00 €
- Encargos com segurança social	248.622,21 €	261.730,00 €	269.000,00 €	7.270,00 €	288.000,00 €
- Seguros de acidentes no trabalho	19.487,59 €	19.000,00 €	19.000,00 €		20.000,00 €
- Outros gastos com pessoal	10.180,68 €	2.000,00 €	2.500,00 €	500,00 €	3.000,00 €
<b>Total 63</b>	<b>1.642.193,08 €</b>	<b>1.688.230,00 €</b>	<b>1.673.500,00 €</b>	<b>-14.730,00 €</b>	<b>1.685.000,00 €</b>
<b>64. Gastos de depreciação e de amortização</b>	<b>225.450,83 €</b>	<b>224.000,00 €</b>	<b>228.000,00 €</b>	<b>4.000,00 €</b>	<b>230.000,00 €</b>
<b>66. Perdas por redução de justo valor</b>		<b>200,00 €</b>	<b>200,00 €</b>		<b>200,00 €</b>
<b>68. Outros gastos e perdas</b>					
- Impostos e taxas	9.413,35 €	1.500,00 €	3.000,00 €	1.500,00 €	3.000,00 €
- Correções rel. períodos anteriores	10.010,55 €	3.400,00 €	15.400,00 €	12.000,00 €	7.000,00 €
- Quotizações	1.980,00 €	2.600,00 €	1.980,00 €	-620,00 €	1.980,00 €
- Dívidas incobráveis	1.097,33 €				
- Multas	21,92 €				
- Outros não especificados	61,83 €				
<b>Total 68</b>	<b>22.584,98 €</b>	<b>7.500,00 €</b>	<b>20.380,00 €</b>	<b>12.880,00 €</b>	<b>11.980,00 €</b>
<b>69. Gastos e perdas de financiamento</b>	<b>29.277,69 €</b>	<b>26.700,00 €</b>	<b>27.500,00 €</b>	<b>800,00 €</b>	<b>32.500,00 €</b>
<b>Total Gastos</b>	<b>2.938.600,13 €</b>	<b>2.930.420,00 €</b>	<b>3.092.530,00 €</b>	<b>162.110,00 €</b>	<b>3.041.080,00 €</b>

A Entidade

*[Handwritten signatures]*  
Paulo Bassoco

O Contabilista Certificado

Luis Leite  
CC nº 39242



### Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Ano	Orçamentos 2022		Variação	Orçamento
		2021(D)	Previsto(B)		
<b>Rendimentos</b>					
<b>71. Vendas</b>					
<b>72. Prestação de serviços</b>					
- Infância e Juventude	35.611,05 €	41.000,00 €	35.000,00 €	-6.000,00 €	30.000,00 €
- Creche	35.611,05 €	41.000,00 €	35.000,00 €	-6.000,00 €	30.000,00 €
- Terceira Idade	634.121,12 €	640.000,00 €	651.000,00 €	11.000,00 €	683.000,00 €
- ERPI	616.521,55 €	620.000,00 €	635.000,00 €	15.000,00 €	667.000,00 €
- Apoio domiciliário	17.599,57 €	20.000,00 €	16.000,00 €	-4.000,00 €	16.000,00 €
- Unidade de cuidados continuados	167.279,12 €	167.000,00 €	167.000,00 €		174.000,00 €
- Quotizações e jóias	2.292,00 €	2.500,00 €	2.300,00 €	-200,00 €	2.300,00 €
- Outras prestações de serviços	32.350,50 €	25.110,00 €	25.000,00 €	-110,00 €	26.000,00 €
<b>Total 72</b>	<b>871.653,79 €</b>	<b>875.610,00 €</b>	<b>880.300,00 €</b>	<b>4.690,00 €</b>	<b>915.300,00 €</b>
<b>75. Subsídios à exploração</b>					
- Infância e Juventude	143.456,79 €	140.500,00 €	159.600,00 €	19.100,00 €	185.000,00 €
- Creche	143.456,79 €	140.500,00 €	159.600,00 €	19.100,00 €	185.000,00 €
- Terceira Idade	473.919,20 €	471.200,00 €	508.700,00 €	37.500,00 €	537.000,00 €
- ERPI	427.914,80 €	426.500,00 €	466.700,00 €	40.200,00 €	495.000,00 €
- Apoio Domiciliário	46.004,40 €	44.700,00 €	42.000,00 €	-2.700,00 €	42.000,00 €
- Serviço de Atend. E Acomp. Social	70.649,40 €	70.600,00 €	75.000,00 €	4.400,00 €	
- Unidade de cuidados continuados	873.975,71 €	882.000,00 €	860.000,00 €	-22.000,00 €	860.000,00 €
- IEFP	57.290,71 €	48.600,00 €	46.000,00 €	-2.600,00 €	8.300,00 €
- Compensação RMMG	3.040,00 €		4.200,00 €	4.200,00 €	4.200,00 €
- Segurança Social - Adaptar Social +	1.605,50 €				
- Autarquias	266.000,00 €	266.000,00 €	266.000,00 €		266.000,00 €
<b>Total 75</b>	<b>1.889.937,31 €</b>	<b>1.878.900,00 €</b>	<b>1.919.500,00 €</b>	<b>40.600,00 €</b>	<b>1.860.500,00 €</b>
<b>76/7. Reversões/ganhos aumento justo valor</b>	<b>821,42 €</b>		<b>50,00 €</b>	<b>50,00 €</b>	<b>50,00 €</b>
<b>78. Outros rendimentos e ganhos</b>					
- Descontos de p. pagamento obtidos	87,52 €	100,00 €	300,00 €	200,00 €	300,00 €
- Imputação de subs. para investimentos	87.151,44 €	87.000,00 €	87.000,00 €		87.000,00 €
- Benefícios pen. contratuais	1.356,36 €	250,00 €	1.300,00 €	1.050,00 €	1.000,00 €
- Donativos	3.460,59 €	3.500,00 €	1.000,00 €	-2.500,00 €	1.000,00 €
- Correções rel. períodos anteriores	50.365,72 €		5.700,00 €	5.700,00 €	2.500,00 €
- Subsídio de refeição em espécie	88.390,74 €	96.500,00 €	90.000,00 €	-6.500,00 €	91.300,00 €
- Outros não especificados	58,20 €				
<b>Total 78</b>	<b>230.870,57 €</b>	<b>187.350,00 €</b>	<b>185.300,00 €</b>	<b>-2.050,00 €</b>	<b>183.100,00 €</b>
<b>79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.</b>					
<b>Total Rendimentos</b>	<b>2.993.283,09 €</b>	<b>2.941.860,00 €</b>	<b>2.985.150,00 €</b>	<b>43.290,00 €</b>	<b>2.958.950,00 €</b>

<b>Resultado ( Rendimentos-Gastos)</b>	<b>54.682,96 €</b>	<b>11.440,00 €</b>	<b>-107.380,00 €</b>	<b>-118.820,00 €</b>	<b>-82.130,00 €</b>
--	--------------------	--------------------	----------------------	----------------------	---------------------

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2022	2023
<i>Infância e Juventude</i>		
Creche	39 (P44)	40
Pré-Escolar		
<i>Terceira Idade</i>		
ERPI	79 (P80)	80
Centro de Dia		
Apoio Domiciliário	10 (P20)	11
Unidade Cuidados Continuados	40 (P40)	40

Variação do Pessoal		
Anos	Funcionários	
2022	106	
2023	105	

Investimentos		
	2022	2023
Edifícios	38.500,00 €	885.000,00 €
Equipamento Básico	17.800,00 €	66.500,00 €
Equipamento Administrativo		
Equipamento Transporte		
Outros	4.900,00 €	
<b>Total</b>	<b>61.200,00 €</b>	<b>951.500,00 €</b>

A Entidade

*Paulo Barros*

O Contabilista Certificado

*Luis Leite*  
Luis Leite  
CC nº 39242

**NOTA JUSTIFICATIVA**  
**(ANEXO AO ORÇAMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS EM 2022)**

**1 - Identificação da entidade**

- 1.1— Designação da Entidade  
Irmandade Santa Casa Misericórdia de Montalegre
- 1.2 — Sede  
Rua General Humberto Delgado, 473  
5470-247 Montalegre  
Montalegre
- 1.3 — Natureza da Atividade  
Instituição Particular Solidariedade Social

**2 - Principais políticas contabilísticas**

- 2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.  
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, incluindo os inventários.
- 2.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes.  
As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.
- 2.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).  
As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.
- 2.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).  
Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

**3 – Inventários**

- 3.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:  
As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;  
Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

**4 – Rédito**

- 4.1 — Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.  
O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito compreende os montantes faturados líquidos de abatimentos e descontos.

**5 - Subsídios do Governo e apoios do Governo**

- 5.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.  
Os subsídios atribuídos pelo estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente de capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

*[Handwritten signatures and initials]*

**NOTA JUSTIFICATIVA**

(ANEXO AO ORÇAMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS EM 2022)

**68 Outros gastos e perdas:**

- Impostos e taxas	3.000,00 €
- Correções rel. períodos anteriores	<b>15.400,00 €</b>
Protocolo Segurança Social - Reposições	8.796,00 €
Adaptar Social +	1.426,00 €
Seguros	130,00 €
IEFP - Marees	1.691,00 €
Eletricidade	3.293,00 €
Encargos Entidade Contratante	64,00 €
- Quotizações	1.980,00 €
<b>Total</b>	<b>20.380,00 €</b>

**78 Outros rendimentos e ganhos:**

- Imputação de subs. para investimentos	<b>87.000,00 €</b>
Instituto Segurança Social Mases	1.100,00 €
Piddac	6.450,00 €
Câmara Municipal - (Fébuço, S.A.)	500,00 €
Câmara Municipal - UCCI	39.400,00 €
ARS - UCCI	39.550,00 €
- Descontos de p. pagamento obtidos	300,00 €
- Subsídio de refeição em espécie	90.000,00 €
- Benefícios pen. Contratuais	1.300,00 €
- Donativos	1.000,00 €
- Correções de períodos anteriores	<b>5.700,00 €</b>
Acordos Segurança Social - Creche	2.495,00 €
Gás a granel - Galp	1.030,00 €
Bonificação Protocolo UMP Diversy 2021	785,00 €
Consignação IRS 2020	240,00 €
Juros de Mora (Utente UCCI)	1.150,00 €
<b>Total</b>	<b>185.300,00 €</b>

(ANEXO AO ORÇAMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS EM 2022)

**ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

**Edifícios e Outras Construções**

Pavimento ERPI	4.500,00 €
Pequenas obras de conservação ERPI	6.000,00 €
Pequenas obras de conservação UCC	4.000,00 €
Caixilharia creche	12.000,00 €
Substituição bases chuveiro/ pavimento 10 casas de manho ERPI	12.000,00 €

**Equipamento Básico**

Mobiliário quartos	10.200,00 €
Cozinha (Placa de indução e mesa em inox)	1.600,00 €
Carros medicação	6.000,00 €

**Equipamento de Transporte - Não aplicável**

**Ferramentas e Utensílios - Não aplicável**

**Equipamento Administrativo - Não aplicável**

*Handwritten signatures and initials:*  
 C.  
 Prof.  
 Paulo Barros



### NOTA JUSTIFICATIVA

#### Outros Activos Fixos

Sistema Video vigilância	2.600,00 €
Lampadário (Igreja da Misericórdia)	2.300,00 €

#### ACTIVOS INTANGÍVEIS

Projeto Painéis Fotovoltaicos	7.500,00 €
-------------------------------	------------

#### INVESTIMENTOS EM CURSO

Não aplicável

Segundo a ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, os efeitos colaterais nos mercados de energia, decorrentes do prolongamento das tensões geopolíticas da guerra na Ucrânia, explicam a manutenção do nível anormalmente elevado dos preços de energia elétrica nos mercados grossistas, que se perspectiva deva manter-se em 2023.

Assim, e ainda que o Governo tenha tomado algumas medidas no sentido de mitigar os efeitos nefastos deste aumento sobre a economia nacional, a Entidade considera que o impacto dos gastos com eletricidade e combustíveis será significativo sobre o Orçamento.

Face a este considerando, a elaboração dos documentos previsionais da Entidade teve em consideração a melhor estimativa possível, no entanto os efeitos desta situação são voláteis e imprevisíveis a médio-longo prazo.

A Entidade

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

O Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*  
Luís Leite  
CC nº 39242



U

U

U

**NOTA JUSTIFICATIVA**  
**(ANEXO AO ORÇAMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS EM 2023)**

**1 - Identificação da entidade**

- 1.1 — Designação da Entidade  
Irmandade Santa Casa Misericórdia de Montalegre
- 1.2 — Sede  
Rua General Humberto Delgado, 473  
5470-247 Montalegre  
Montalegre
- 1.3 — Natureza da Atividade  
Instituição Particular Solidariedade Social

**2 - Principais políticas contabilísticas**

- 2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.  
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, incluindo os inventários.
- 2.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes.  
As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.
- 2.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).  
As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.
- 2.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).  
Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

**3 – Inventários**

- 3.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:  
As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;  
Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

**4 – Rédito**

- 4.1 — Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.  
O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito compreende os montantes faturados líquidos de abatimentos e descontos.

**5 - Subsídios do Governo e apoios do Governo**

- 5.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.  
Os subsídios atribuídos pelo estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente de capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

*[Handwritten signatures and initials]*



### NOTA JUSTIFICATIVA

(ANEXO AO ORÇAMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS EM 2023)

68 **Outros gastos e perdas:**

- Impostos e taxas	3.000,00 €
- Correções rel. períodos anteriores	<b>7.000,00 €</b>
Protocolo Segurança Social - Reposições	7.000,00 €
- Quotizações	1.980,00 €
<b>Total</b>	<b>11.980,00 €</b>

78 **Outros rendimentos e ganhos:**

- Imputação de subs. para investimentos	<b>87.000,00 €</b>
Protocolo Segurança Social - Reposições	1.100,00 €
Piddac	6.450,00 €
Câmara Municipal - (Fébução, S.A.)	500,00 €
Câmara Municipal - UCCI	39.400,00 €
ARS - UCCI	39.550,00 €
- Descontos de p. pagamento obtidos	300,00 €
- Subsídio de refeição em espécie	91.300,00 €
- Benefícios pen. Contratuais	1.000,00 €
- Donativos	1.000,00 €
- Correções de períodos anteriores	<b>2.500,00 €</b>
Acordos Segurança Social	2.500,00 €
<b>Total</b>	<b>183.100,00 €</b>

(ANEXO AO ORÇAMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS EM 2023)

### ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

**Edifícios e Outras Construções**

4 ar condicionados creche	8.000,00 €
5 ar condicionados ERPI	15.000,00 €
Pintura exterior ERPI	20.000,00 €
Pequenas obras de conservação ERPI	140.000,00 €
Revestimento exterior UCC	140.000,00 €
Beneficiação energética ERPI (PRR)	250.000,00 €
Requalificação Lar São José (PARES) infraestruturas	312.000,00 €

**Equipamento Básico**

Camas, colchões, mesas cabeceira, cadeirões, cadeiras, mesas - PARES	66.500,00 €
--	-------------

**Equipamento de Transporte - Não aplicável**

**Ferramentas e Utensílios - Não aplicável**

**Equipamento Administrativo - Não aplicável**

**Outros Activos Fixos - Não aplicável**



**NOTA JUSTIFICATIVA  
ACTIVOS INTANGÍVEIS**

Não aplicável

**INVESTIMENTOS EM CURSO**

Não aplicável

Segundo a ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, os efeitos colaterais nos mercados de energia, decorrentes do prolongamento das tensões geopolíticas da guerra na Ucrânia, explicam a manutenção do nível anormalmente elevado dos preços de energia elétrica nos mercados grossistas, que se perspectiva deva manter-se em 2023.

Assim, e ainda que o Governo tenha tomado algumas medidas no sentido de mitigar os efeitos nefastos deste aumento sobre a economia nacional, a Entidade considera que o impacto dos gastos com eletricidade e combustíveis será significativo sobre o Orçamento.

Face a este considerando, a elaboração dos documentos previsionais da Entidade teve em consideração a melhor estimativa possível, no entanto os efeitos desta situação são voláteis e imprevisíveis a médio-longo prazo.

A Entidade

*F. M. M.*  
*C. M. F.*  
*A. M. M.*  
*R. A. B. M.*

O Contabilista Certificado

*Luis Leite*  
Luis Leite  
CC n° 39242

2.



U

U



## 1. Orçamento – 2023 – Apresentação/Resumo

Este orçamento parte da conta de exploração do ano anterior com pequenas alterações e atualizações em função do que será a inflação, a subida de salários e a incerteza do preço do gás.

Segue o Orçamento de exploração com vários anexos de notas justificativas de caráter técnico.

**Despesa:** o total de despesa orçamentada para 2023 ascende a **3.041.080,00 €**, sendo os gastos com pessoal a fatia mais elevada de **1.685.000,00 €**. Basta referir a UCC com 44 trabalhadores para 40 utentes, onde essa rubrica representa cerca de 60% da despesa total. Seguem-se depois despesas com alimentação, medicamentos, higiene e limpeza. O drama que se coloca agora são os custos anormais, severamente altos, da energia.

**Receita:** prevê-se que a receita em 2023 atinja os **2.958.950,00 €**. A principal fonte serão os subsídios resultantes de acordos de cooperação com a Segurança Social e a ARS e do apoio da Câmara Municipal para a construção da UCC que se destina ao pagamento do encargo do empréstimo bancário, sendo a comparticipação dos utentes nas várias valências prevista em **915.300,00 €**.

Estima-se um saldo negativo de **82.130,00 €** se o encargo com o gás continuar nestes preços.

Teremos de “depreciações e amortizações” o valor de **230.000,00 €**, que é superior ao encargo bancário que temos da UCC.

Salientamos a necessidade de aumento em despesa com pessoal para fazer face aos aumentos previsíveis constituindo esta rubrica um encargo grande para a estrutura de exploração da Misericórdia que, com os seus 100 trabalhadores se transforma no maior empregador privado do concelho, o que lhe confere importância e responsabilidade social acrescida. Mas a valorização salarial é um imperativo social e de consciência que, dentro da lei e dos estreitos parâmetros da sustentabilidade, nos obriga a ir procurando as soluções possíveis e continuar a aumentar, como em anos anteriores, a massa salarial, beneficiando todos os trabalhadores.

Em termos financeiros gerais prevê-se, como se disse, uma conta com saldo negativo devido ao aumento dos salários, ao aumento dos juros do empréstimo da UCC, à inflação geral e, particularmente aos custos do gás natural. Esse valor vai sair das receitas que tínhamos acumulado para obras, mas a incerteza do futuro é muito grande.

Devemos aqui referir que há uma ação judicial da Norcep, ainda não resolvida, que reclama pagamentos de trabalhos na UCC que nós não assumimos, que não reconhecemos e que, por isso, não devemos pagar. Mas é sempre uma ação e a contestação vai acarretar gastos jurídicos e judiciais.

E que as obras previstas, mesmo as comparticipadas podem ser comprometidas se não houver garantia de financiamento próprio, pois não podemos esgotar toda a economia que fizemos porque vamos ter mais um ano de prejuízo e não sabemos quando será o fim desta crise.



## VI. Aprovação do Plano de Ação e Orçamento 2023

O presente Plano de Ação e o Orçamento para 2023 foram votados e aprovados por UNANIMIDADE na reunião da Mesa Administrativa de 16 de novembro de 2022, e mereceram o PARECER FAVORÁVEL do Conselho Fiscal, que se encontra anexo aos documentos.

Montalegre, novembro de 2022

O Provedor

  
Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora

  
Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

O Secretário

  
Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro

  
António Dias Henriques

O Vogal

  
Paulo Jorge Dias Barroso

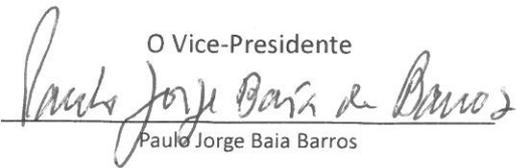
Aprovado em Assembleia Geral de 30 de novembro de 2022

A Mesa da Assembleia Geral:

O Presidente

  
José Gonçalves Justo

O Vice-Presidente

  
Paulo Jorge Baia Barros

O Secretário (em substituição)





Santa Casa da  
**Misericórdia de Montalegre**

**Parecer do Conselho Fiscal**

**Assunto: Plano de Ação e Orçamento 2023**

Aos 16 (dezasseis) dias do mês de novembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), pelas 17h00 (dezassete) horas, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, a fim de apreciar o Plano de Ação e o Orçamento para 2023, de acordo com o disposto na alínea c) do Artigo 31º do Compromisso, documentos esses elaborados pela Mesa Administrativa e sobre os quais o Conselho Fiscal emitiu o seguinte Parecer:

**1. PLANO DE AÇÃO E ORÇAMENTO 2023**

- a. Analisamos o **Plano de Ação** apresentado pela Mesa Administrativa, o qual mereceu o nosso acordo.
- b. O **Orçamento** prevê uma despesa total de **3.041.080,00 €**, com **1.685.000,00 €** em despesa de pessoal. E uma receita de **2.958.950,00 €** com a comparticipação dos utentes nas várias valências prevista em **915.300,00 €**. O saldo previsto é de menos **82.130,00 €** devido à previsão de preços altos do gás de aquecimento. O valor de depreciações e amortizações incluído na despesa de **230.000,00 €**.
- c. Constatamos que a Conta de Exploração Previsional e o Orçamento de Investimentos foram elaborados tendo em conta as execuções anteriores e de acordo com as disposições legais em vigor, com suporte da equipa contabilística contratado pela Misericórdia.

**2. PARECER**

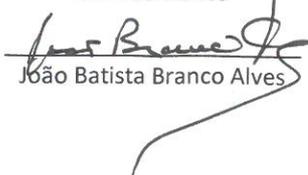
Face ao exposto emite-se PARECER FAVORÁVEL e recomendamos aos Irmãos:

- a. Que APROVEM o Plano de Ação.
- b. Que APROVEM a Conta de Exploração Previsional e o Orçamento de Investimentos.

Montalegre, 16 de novembro de 2022

O Conselho Fiscal,

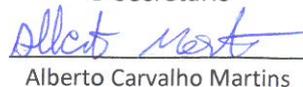
O Presidente

  
João Batista Branco Alves

O Vice-Presidente

  
Paulo Jorge Miranda Cruz

O Secretário

  
Alberto Carvalho Martins